

TRADUÇÃO TÉCNICA E SEUS LIMITES: REFLEXÕES SOBRE LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE E ÉTICA

Gabriela Castelo Branco Ribeiro
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

RESUMO

Normalmente menos discutido no âmbito dos estudos pós-estruturalistas, o conceito de "tradução técnica" mostra-se tão frutífero e múltiplo quanto o de outras modalidades. Numa perspectiva funcionalista da Skopostheorie, o original e seu autor perdem importância e questões pragmáticas como a finalidade do texto e seu público-alvo assumem o centro das reflexões. Abre-se, então, um vasto campo para a discussão dos limites da tradução técnica, a formação e as condições de trabalho dos tradutores e sua relação com clientes, especialistas e o público-alvo. Neste trabalho, discuto determinados aspectos éticos de tais relações, mais especificamente no mercado de localização de software.

Palavras-chave: Tradução Técnica, Localização de Software, Pós-estruturalismo, Ética.

ABSTRACT

Although currently not central in poststructuralist studies, the concept of "technical translation" can be as rich and complex as other translation practices. In the perspective of the Skopostheorie, the original text and its author become less important, and pragmatic aspects such as the purpose of the text and its audience gain focus. This view gives room to discussion on technical translation boundaries, translators' education and working conditions, and their relationship with clients, specialists and the audience. In the present paper, I discuss certain ethic aspects of such relations, especially in the localization market.

Keywords: Technical Translation, Software Location, Post-structuralism, Ethics.

Pós-estruturalismo e tradução: questões atuais

No início da fase pós-estruturalista dos estudos da tradução, os esforços se concentravam na valorização da profissão de tradutor, no reconhecimento da atividade tradutória como reconstrução e reescrita do texto, na tentativa de libertar o tradutor do jugo da fidelidade, do papel de mero transpositor entre idiomas, da posição invisível.

Num primeiro momento, essa consciência da atuação direta sobre o texto, da construção de um novo texto, da co-autoria e recriação do original provocou a impressão equivocada de uma “liberdade total”, em que qualquer interpretação seria possível; o tradutor parecia poder tudo com seu texto.

Atualmente, no entanto, como demonstram Anthony Pym e outros autores em *The Return to Ethics* (PYM, 2001), cabe repensar essa liberdade e redefinir limites, buscando a identidade própria da tradução, sem deixar de levar em conta toda a complexidade da prática tradutória discutida no âmbito do pós-estruturalismo.

Um dos aspectos frequentemente presentes nos questionamentos relativos aos limites e à própria identidade da tradução é o papel da ética nesses limites, especialmente nas relações tradutor-autor, tradutor-original, tradutor-editor e talvez mais acentuadamente na relação tradutor-público.

Normalmente tais questionamentos referem-se à tradução literária, como podemos observar em trabalhos recentes como os de Maria Paula Frota (2000), Cristina Rodrigues (2002) e Lauro Amorim (2003). A expectativa do leitor e o compromisso do tradutor em corresponder a essa expectativa são alguns dos principais pontos de reflexão.

Parece-me, então, relevante, refletir sobre tais questões do ponto de vista da minha prática profissional, como tradutora e revisora de materiais de linguagem técnica, especialmente para o mercado de localização. Como se aplicam as questões éticas em relação à tradução técnica? Elas dizem respeito aos mesmos aspectos envolvidos na tradução literária?

O termo “tradução técnica”

Antes de tentar responder a tais questões, cabe fazer algumas considerações sobre o conceito de tradução técnica.

A prática tradutória é comumente dividida em tradução literária, tradução técnica e tradução audiovisual, mas sabemos que cada uma dessas áreas engloba uma série de práticas com características bastante diferentes. A tradução literária pode incluir grandes clássicos da literatura e obras de ficção de consumo, obras atuais e obras das mais variadas épocas, tendo como alvo o público adulto ou o público infantil, e obras dos mais variados gêneros, como teatro, romance, poesia.

A legendagem pode ser realizada para cinema, vídeo, DVD, TV aberta e TV a cabo, por exemplo, envolvendo todas as especificidades de cada mídia e de cada gênero, seja ficção, documentário, animação, telejornais, treinamentos empresariais.

Já a tradução técnica pode ser de áreas de especialidade, como direito, medicina, telecomunicações, informática, energia, entre tantas outras, que por sua vez, são subdivididas em áreas mais específicas, como direito societário, cardiologia ou ortopedia, redes, sistemas de roaming, hardware ou software, petróleo, envolvendo contratos, treinamentos, equipamentos, material de marketing, aplicativos, websites. Esta categoria poderia incluir também a tradução juramentada e a interpretação. Os clientes podem ser empresas de cada setor ou agências de tradução, nacionais ou internacionais, ou ainda editoras, no caso de livros técnicos, para citar apenas alguns exemplos.

Como apresentado por Rodrigues (1991), a tipologia que divide textos em *técnicos* e *literários*, sustentada principalmente por uma possível objetividade no primeiro caso e pela “expressividade individual” e o “estilo” do autor no segundo, é fruto de uma visão de língua como instrumento, em que o significado é inerente à palavra. Segundo a autora, os significados são construídos no discurso, por todos os que participam dele, ou seja, não só o autor, mas também o leitor, as instituições, a sociedade em que o texto é lido e naturalmente o tradutor, entre outros atores.

Por isso, a divisão entre textos técnicos e literários (e, conseqüentemente, entre traduções técnicas e literárias) mostra-se frágil e improcedente. Alguns exemplos citados pela autora são as análises de textos jornalísticos, ditos objetivos e imparciais, mas que em geral refletem interesses econômicos e ideológicos.

Ainda assim, o mercado de tradução adota essa divisão entre traduções literárias e técnicas e tal divisão traz consigo questões cruciais para as reflexões sobre a prática de cada uma dessas modalidades.

O termo “localização”

Feitas essas considerações a respeito da tradução técnica, resta ainda tentar definir o que é “localização”.

Em termos gerais, a localização é um processo de adaptação de um produto de tecnologia para a comercialização em outro país, envolvendo muitas outras tarefas além da tradução do texto propriamente dito.

Apesar de inicialmente aplicar-se somente a software, hoje em dia o termo engloba páginas de internet, produtos multimídia, como CD-ROMs, e aparelhos eletrônicos, como jogos, telefones celulares, aparelhos de CD, DVD, scanner, copiadoras, equipamentos médicos, entre outros.

Muito se tem discutido a respeito da relação entre tradução e localização, como pudemos acompanhar nos debates ocorridos entre 20 e 23 de novembro de 2003 na conferência on-line promovida pelos participantes da lista “Innovations in the training of translators and interpreters”, organizada pelo Intercultural Studies Group, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha, e mediada por Anthony Pym.

Questiona-se se uma é parte da outra, se a localização deveria ser incluída nos currículos dos cursos de formação de tradutores e qual é a relação entre tradução e tecnologia.

As definições variam de acordo com a visão de cada participante sobre o que é tradução e sobre as habilidades e tarefas envolvidas no trabalho (e conseqüentemente na formação) do tradutor.

Na minha prática, entendo a localização como um processo tecnológico e mercadológico abrangente, que tem a tradução como uma de suas etapas. No entanto, essa tradução não pode nem está dissociada do processo: o tradutor precisa compreender onde sua tarefa se insere para realizar a tradução satisfatoriamente. Nas palavras de ESSELINK (2003, minha tradução):

Resumidamente, a localização se trata de combinar linguagem e tecnologia para criar um produto que possa transpor barreiras linguísticas e culturais. Nem mais, nem menos.

Especificamente na área de software, a localização envolve: o software (códigos, executáveis, bibliotecas etc), a ajuda on-line e a documentação, sendo esta última normalmente um guia impresso para os usuários. Além de tradutores, o processo inclui gerentes de projeto (responsáveis pelo orçamento e pela programação), engenheiros (responsáveis pela preparação dos arquivos, pelo processamento em memórias de tradução, pela extração do texto a ser traduzido, pela compilação e pelo teste do software traduzido), linguistas (responsáveis pelo controle de terminologia, pela elaboração de guias de estilo e pelo controle final de qualidade) e editores (responsáveis pela formatação final dos arquivos da documentação impressa).

Exemplos de itens normalmente *localizados* em software vão desde convenções mais simples, relativas a datas e horários (uso ou não de AM/PM, dia/mês/ano ou mês/dia/ano), posição e dados contidos em cabeçalhos de cartas (como nos modelos usados pelo Word) e símbolos de moedas, até questões mais complexas, como leis de direitos autorais e de garantia dos produtos.

O foco desse processo é essencialmente comercial. Na definição de Ferreira (2000):

A tradução passa então a fazer parte de algo muito maior e mais técnico: a localização e a internacionalização de produtos. A localização nada mais é do que o processo de adaptação de um produto para um mercado específico, de forma que ele se torne apropriado linguística e culturalmente para os consumidores alvos.

Assim, não só na localização, mas em grande parte das modalidades de tradução técnica, o autor, o texto original, a estética saem do foco e passa a predominar a função do texto traduzido, a aceitação do produto no mercado consumidor. A tradução é, então, parte de um produto, de um sistema econômico globalizado e passa a ser mais diretamente afetada pelas regras desse sistema, como a confidencialidade sobre inovações tecnológicas e prazo de lançamento do produto (*time-to-market*) do que por questões teóricas e linguísticas intrínsecas ao texto.

Observamos uma contradição: na tradução, atividade em que a linguagem é peça fundamental, as questões técnicas e mercadológicas e os processos de trabalho tornaram-se tão relevantes que as preocupações com o texto propriamente dito foi preterida. Cada vez mais, por questões de prazos, preços praticados, padronizações generalistas e despreparo dos tradutores, vemos textos traduzidos ou localizados mais literais, com traduções incorretas por incompreensão do processo, do assunto ou do texto original.

Ética no mercado de localização

Podemos, agora, retomar as questões que propus: como se aplicam as questões éticas em relação à tradução técnica? Elas dizem respeito aos mesmos aspectos envolvidos na tradução literária?

Um dos pontos fundamentais de diferenciação entre tradução técnica e literária está na relação do tradutor com o autor e com o texto original.

Se, na tradução literária, tradicionalmente acredita-se que a tarefa do tradutor seja reconhecer e conseguir reproduzir em sua língua o estilo e a escrita individual do autor, mantendo a forma da obra original, na tradução técnica, especialmente de manuais de equipamentos, treinamentos e software, a autoria perde importância e o que deve ser preservado é o conteúdo (em oposição à forma).

Na tradução técnica, portanto, predomina o funcionalismo da *Skopostheorie*, em que o autor, o texto original e a cultura de partida perdem importância em relação à **função** do texto traduzido na cultura de chegada. O objetivo é que o texto traduzido cumpra a devida função na cultura de chegada.

Nesse contexto, em que a tradução é entendida como prestação de serviço e faz parte de um sistema econômico, podemos considerar a ética em diversos níveis. Ela ainda pode e deve ser discutida nas relações tradutor-autor e tradutor-leitor, como na tradução literária, mas é na relação tradutor-cliente que ela costuma se fazer mais presente no dia-a-dia de trabalho. Parece prevalecer a *ética da prestação de serviço*, conforme descrita por Andrew Chesterman (2001).

Sem acesso ao autor do original, tendo que lidar com especialistas nas áreas técnicas para compreensão e validação de terminologia e muitas vezes tendo pouca ou nenhuma informação sobre o público-alvo da tradução, temos como única relação real o cliente que contrata o serviço de tradução (normalmente representantes ou revendedores dos produtos no Brasil ou funcionários das áreas de marketing ou treinamento da empresa multinacional que desenvolveu o produto ou ainda agências de tradução que terceirizam o trabalho). É esse cliente quem vai determinar ou aprovar as padronizações a serem seguidas, as adaptações a serem feitas, determinando e limitando, assim, o relacionamento do tradutor com seu texto traduzido.

Passa a ser com o cliente o compromisso ético mais claro: realizar o serviço conforme o combinado, mesmo que isso afete as outras relações (com o autor, com o original, com o leitor).

Cabe aos tradutores, então, perguntarem-se: ferimos a ética em relação ao autor, alterando uma passagem do texto, por exemplo, caso o cliente exija essa alteração? Comprometemos o entendimento do público leitor para cumprir uma exigência do cliente ou para adotar uma tradução determinada por um especialista recomendado pelo cliente? Seja por convicção, medo de perder o cliente ou por simples falta de reflexão sobre o tema, a resposta da maioria parece vir sendo *sim*.

Tão urgente tanto repensar os limites da tradução e a ética nas relações envolvidas na tradução é repensar, principalmente no meio acadêmico, a tradução como uma atividade inserida em um sistema econômico e, portanto, diretamente influenciada por esse sistema. A formação de tradutores

deve levar em consideração o mercado em que esses profissionais irão atuar, como observou a tradutora espanhola Vanessa Enríquez na conferência on-line realizada em novembro de 2003 (minha tradução):

...a teoria da tradução, ou para ser mais precisa, o meio acadêmico em geral, precisa adotar uma perspectiva profissional mais forte a fim de formar uma força de trabalho capaz de dar conta das exigências atuais do mercado. Não devemos esquecer que a maioria de nós vai viver de tradução e, portanto, a consciência sobre os aspectos profissionais tem um papel essencial.

Isso não significa dizer, contudo, que o reconhecimento do aspecto mercadológico, marcadamente pragmático, deva predominar ou relegar a segundo plano as questões teóricas e linguísticas propriamente ditas, como tem acontecido na prática de mercado. As exigências dos clientes são tantas e tão voltadas para prazos e padronizações, os valores pagos são cada vez mais baixos e o despreparo de grande parte dos tradutores é tão gritante que a ideia inicial da localização, de tornar o produto *local*, vem se perdendo em textos cada vez mais literais, artificiais, que propagam, por exemplo, estruturas como uso de gerúndio em títulos, textos repetitivos, padronizações terminológicas artificiais, traduções adotadas de forma generalista (como “dispositivo” para “device”, “revisar” para “review”, “fornecer” para “provide”).

Como sugere ESSELINK (2003), o mercado pode estar sofrendo uma mudança significativa: nos anos noventa, o setor de localização de software tentou transformar tradutores em semi-engenheiros. Agora, estamos observando um movimento no setor de localização de conteúdos (não apenas de software) no sentido de retomar as habilidades linguísticas e promover a simplificação técnica para os tradutores. O foco deve estar no conhecimento linguístico do tradutor e em seu domínio da especialidade técnica sobre a qual decide traduzir e não mais preferencialmente na sua capacidade de lidar com vários formatos de arquivos, ferramentas de tradução ou glossários.

Estamos talvez numa fase de transição entre a era dos “tradutores semi-engenheiros” e essa nova era em que os tradutores poderão voltar a dedicar-se à matéria-prima fundamental da profissão: a língua, o texto, o discurso. No momento, ainda temos que, por um lado, dominar as ferramentas e formatos de arquivos e processos e, por outro lado, voltar ao texto. Mais do que voltar ao texto, é necessário voltar a pensar no público-alvo, no leitor como peça-chave, se não principal, dessa tarefa: afinal, estamos traduzindo para que alguém leia.

Considerações finais

O presente artigo procurou estabelecer algumas relações iniciais entre diferentes campos de estudos da tradução, como pós-estruturalismo e ética, e práticas tradutórias tradicionalmente menos presentes no meio acadêmico, como tradução técnica e, mais especificamente, a localização de software.

Como vimos, tais práticas mostram-se muito frutíferas para discussão de questões textuais, discursivas, bem como sobre os atores e meios envolvidos. Essas questões e suas relações com aspectos como formação, mercado de trabalho e ética têm muito a contribuir para os estudos e para o mercado profissional de tradução.

Referências bibliográficas

AMORIM, Lauro M. **Tradução e adaptação: entre a identidade e a diferença, os limites da transgressão**. São José do Rio Preto, UNESP, Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, 2003, mimeo.

CHESTERMAN, Andrew. **Proposal for a Hieronymic Oath**. In: *The Return to Ethics – The Translator* v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, 2001.

ESSELINK, Bert. **A practical guide to software localization**. Philadelphia: John Benjamins North America, 1998.

ESSELINK, Bert. **The evolution of localization**. In: *Guide to Localization, Multilingual Computing and Technology*, 2003.

FERREIRA, GISLEY R. **Os padrões de qualidade na tradução técnica e sua influência na profissionalização dos tradutores**. Monografia do curso de especialização em tradução, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2000.

FROTA, Maria. P. **A singularidade na escrita tradutora – linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise**. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP, 2000.

PYM, Anthony. (mediador) **Localization and translator training on-line conference 2003**. (<http://groups.yahoo.com/group/itit/>)

PYM, Anthony. (Ed.) **The Return to Ethics in Translation Studies**. In: *The Return to Ethics – The Translator* v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, 2001.

RODRIGUES, Cristina C. **Análise das propostas teóricas de tipologias de textos e tradução**. In: *Rev. Stylos*, São José do Rio Preto, 98:11-28, 1991.

RODRIGUES, Cristina C. **A distinção entre adaptação e tradução relativizada: questões de poder e apropriação**. In: *Anais do II Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação: “2001: Uma Odisséia na tradução”*, 2002.